

Uma avaliação da evidência ambiental em empresas brasileiras de capital aberto An evaluation of environmental evidentiatio in brazilian open capital companies

Julianny S. A. de Medeiros¹, Cristiane Q. Reis², Valterlin da S. Santos³

v. 8/ n. 3 (2020)
Julho/Setembro

Aceito para publicação em
28/06/2020.

¹Contadora, Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Campina – UFCG – BR 230, KM 466,5, CEP: 58800-000, Sousa-PB. E-mail: julianny_patos@hotmail.com;

²Contadora, MSc. Professora Adjunta I da Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis – UFCG – Universidade Federal de Campina Grande, BR 230, KM 466,5, CEP: 58800-000, Sousa-PB. E-mail: profcristianereis@gmail.com;

³Eng. Civil, D. Sc., Professor Associado I da Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis – UFCG – Universidade Federal de Campina Grande, BR 230, KM 466,5, CEP: 58800-000, Sousa-PB. E-mail: valterlin@yahoo.com.br.

Resumo

Devido aos impactos ambientais causados por empresas de diversos setores de atuação e a necessidade destas em reduzir esses impactos, vêm aumentando nos últimos anos os investimentos em sustentabilidade empresarial e seu disclosure por meio de instrumentos de divulgação voluntária. Este estudo objetiva analisar a evidência ambiental das 10 (dez) maiores empresas brasileiras de Capital Aberto no ano de 2017 em seus Relatórios de Sustentabilidade e Anual. Para tanto, foi realizada uma análise de conteúdo chamada scorecard, analisando os aspectos de natureza quantitativa e qualitativa referente às condutas ambientais evidenciadas e utilizadas por essas empresas. Por meio desta análise, chegou-se ao resultado de que empresas de capital aberto do ano de 2017 estão no nível médio de impacto ambiental. Estas seguem as regras da GRI e divulgam essas informações de natureza ambiental nos Relatórios de Sustentabilidade.

Palavras-chave: scorecard, relatório anual, relatório de sustentabilidade.

Abstract

Due to the environmental impacts caused by companies in various sectors and their need to reduce these impacts, investments in corporate sustainability and their disclosure through voluntary disclosure instruments have been increasing in recent years. This study aims to analyze the environmental disclosure of the 10 (ten) largest Brazilian publicly traded companies in 2017 in their published Sustainability Reports. Therefore, a content analysis called scorecard was performed, analyzing quantitative and qualitative aspects referring to the environmental conducts evidenced and used by these companies. This analysis led to the result that publicly traded companies in 2017 are at the average level of environmental impact. These follow GRI rules and disclose this environmental information in the Sustainability Reports.

Keywords: scorecard, annual report, sustainability report.

1. Introdução

Observa-se que hoje existem diversas evidências referentes à preocupação na direção do desenvolvimento sustentável, ainda que muitas vezes de forma restrita diante da amplitude do seu significado e da sua abrangência.

“Os consumidores e investidores têm dado atenção a produtos e serviços que não agridem o meio ambiente, o que acaba por fomentar o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis”. (Ribeiro, Resende e Dalmácio, 2008, p. 03). Já Kates et al. (2000) consideram a situação do mundo contemporâneo insustentável, uma vez que a sociedade em crescimento, globalizada e desigual não está conseguindo assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas que suportam a vida na Terra.

Para evidenciar as ações ambientais, a clareza das atividades, o comprometimento e o cuidado para com a coletividade, as instituições podem utilizar de Relatórios de publicação de dados sustentáveis. No âmbito internacional se destaca o modelo proposto pela Global Reporting Initiative (GRI), um conceito recente que vem se consolidando como uma das referências mundiais para o disclosure na área.

Criada em 1997, a partir da reunião de ambientalistas, ativistas sociais e representantes de fundos socialmente responsáveis, a GRI é uma organização multistakeholder, sem fins lucrativos, que desenvolve a estrutura de Relatórios de Sustentabilidade.

As empresas têm tido a necessidade de divulgar suas informações contábeis de forma clara e completa, pois cada vez mais elas são exigidas pelos stakeholders. Sendo assim, esta pesquisa buscou responder ao seguinte questionamento: Qual o nível de evidenciação ambiental das maiores empresas brasileira de capital aberto?

Este estudo justifica-se pela relevância na qual as empresas dão às suas ações sustentáveis como forma de mitigar os impactos ambientais e essas ações são visualizadas por meio da análise do modelo de índice de divulgação ambiental utilizado por Clarkson et al. (2008), que contém itens quantitativos e qualitativos onde chega-se a um resultado mais completo sobre os assuntos ambientais que estão descritos nos Relatórios de Sustentabilidade, como a existência ou não do engajamento dos stakeholders na implementação de políticas ambientais, se consta o impacto que a empresa causa no meio ambiente e etc.

Dentro desse contexto a pesquisa tem como objetivo analisar a evidenciação ambiental das 10(dez) maiores empresas brasileiras de Capital Aberto no ano de 2017.

2. Teoria da divulgação voluntária

A Teoria da Divulgação Voluntária trata-se do desenvolvimento da Teoria da Divulgação considerando a divulgação como os incentivos que os gestores e/ou as empresas têm para divulgar as informações. A respeito dessa Teoria, destaca-se o trabalho de Verrecchia (2001), apresentado de acordo com uma abordagem analítica descrevendo os modelos matemáticos desenvolvidos pela teoria para explicar e prever fenômenos relacionados ao disclosure.

O principal objetivo dessa teoria é explicar o fenômeno da divulgação das informações financeiras. Para Verrecchia (2001), entretanto, não há uma teoria da divulgação abrangente ou integrada, uma vez que não existe um paradigma central que balize as pesquisas nesta área. Essa posição é contestada por Dye (2001), que afirma ser essa teoria, que ele delimita como teoria da divulgação voluntária, um caso especial da teoria dos jogos, com a premissa central de que a entidade irá divulgar informações favoráveis, ao mesmo tempo em que não evidenciará informações desfavoráveis.

De qualquer modo, ambos os autores trabalham com a taxonomia dos trabalhos em teoria da divulgação, criada por Verrecchia (2001): divulgação baseada na associação, divulgação baseada em julgamento e divulgação baseada na eficiência.

Segundo Tribess-Ono e Panucci-Filho (2013), os principais instrumentos de divulgação voluntária é o Balanço Social ou o Relatório de Sustentabilidade, que seguem modelos de relatórios como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), o do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (Ethos), e o G3 desenvolvido pela Global Reporting Initiative (GRI), uma organização internacional.

O Relatório de Sustentabilidade criado pela GRI é o modelo mais disseminado internacionalmente e encontra-se em sua terceira edição - G3. No Brasil sua utilização tem sido crescente sendo um dos modelos mais utilizados.

3. Disclosure ambiental

Antes de tratar de Disclosure Ambiental, importante discutir sobre os termos “evidenciação” e “evidenciação contábil”. A evidenciação oferece qualidade e clareza das informações demonstradas, podendo servir como influenciador na tomada de decisões por parte dos gestores das sociedades e sendo uma informação útil também aos acionistas e stakeholders.

Tinoco e Kraemer (2011, p.256) explicam que o objetivo da evidência contábil seria: o de publicar informações do desempenho econômico, financeiro, social e ambiental das entidades aos parceiros sociais, os stakeholders, considerando que os demonstrativos financeiros e outras formas de evidência não devem ser enganosos.

Braga e Salotti (2008) salientam que Disclosure Ambiental ou evidência ambiental pode ser entendida como as informações ambientais divulgadas por empresas com o intuito de atender à demanda informacional de determinados usuários.

No Brasil, de acordo com as normas contábeis, a divulgação de informações ambientais não é obrigatória. No entanto, existem recomendações para a divulgação ambiental, como o Parecer de Orientação Nº 15/87 da Comissão de Valores Mobiliários, a Norma e Procedimento de Auditoria Nº 11 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e a Resolução Nº 1.003/04 do Conselho Federal de Contabilidade que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Nº 15.

O parecer de Orientação do CVM tem por objetivo orientar todas as companhias abertas e respectivos auditores independentes sobre a elaboração e publicação das demonstrações financeiras, notas explicativas, relatório de administração e parecer de auditoria. A resolução Nº 1003/04 do CFC que aprovou a NBC T 15, que estabelece os procedimentos para a evidência de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

Vários estudos já foram realizados sobre Disclosure Ambiental, enfatizando a relevância da evidência ambiental. Na pesquisa de Murcia et al.(2008), analisou-se a divulgação voluntária ambiental nas Demonstrações Financeiras Padronizadas com base em uma amostra de empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo, pertencentes a setores de alto impacto ambiental.

Já Burgwal e Vieira (2014) estudaram 28 (vinte e oito) companhias abertas holandesas, onde buscaram reconhecer variáveis que tinham impacto expressivo no nível das ações de divulgação ambiental aplicadas por companhias abertas holandesas. Para testar o grau de divulgação ambiental, utilizou-se da análise de conteúdo, baseado nas regras da GRI.

Em 2015, pode-se citar dois estudos relevantes nesta temática: o de Silva et al (2015) e Correa, Gonçalves e Moraes (2015), que tratavam de investigar os determinantes que influenciam as divulgações ambientais nos relatórios anuais das empresas listadas na BM&FBOVESPA; e, à luz da Teoria da Legitimidade, quais informações ambientais estão sendo divulgadas pelas empresas em suas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs).

Na pesquisa de Batista et al. (2016), foram analisadas variáveis que podem influenciar o nível de divulgação ambiental, junto as 52 maiores organizações transnacionais brasileiras. Já Giacomini et al. (2018) verificaram as variáveis determinantes da divulgação voluntária de informações de caráter ambiental em companhias abertas listadas na B3 como de alto impacto ambiental.

Pereira, Silva e Reina, Reina e da Silva (2017) estudaram o nível de disclosure socioambiental das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), durante o período de 2013 a 2015. As análises foram realizadas por meio das informações divulgadas no Relatório Anual das companhias classificadas nas categorias e subcategorias ambientais.

Já Farias et al. (2018) objetivaram em sua pesquisa fornecer evidências sobre empresas brasileiras que usam o Facebook como canal de comunicação e engajamento para a divulgação ambiental. Os dados foram compostos por 78 empresas brasileiras listadas no índice IBrX-100 e Brasil, Bolsa e Balcão (B3), que possui páginas no Facebook.

No que refere-se aos estudos correlatos internacionais que também foram realizados sobre a temática, pode-se citar Lyon e Shimshack (2015), que tratou de investigar o impacto de um importante programa de classificação de sustentabilidade gerado pela mídia, o ranking da Newsweek em 2009 das 500 maiores empresas dos EUA.

Já Plumlee, Brown, Hayes e Marshall (2015) reexaminaram a relação entre a qualidade das divulgações ambientais voluntárias de uma empresa e o valor da empresa, explorando a relação entre os componentes do valor da empresa (fluxos de caixa futuros esperados e custo de capital) e a qualidade da divulgação ambiental voluntária.

Outro estudo relevante foi o de Zang, Mol e He (2016); que avaliou os notáveis progressos que a China teve em divulgação de informações e transparência ambiental, desde 2008, com a promulgação dos Regulamentos Abertos de Informações Governamentais e Medidas de divulgação de Informações Ambientais.

4. Material e métodos

A população do estudo consiste nas empresas de capital aberto com ações listadas na Bovespa, pertencentes a diversos setores e que publicaram seus Relatórios de Sustentabilidade no ano de 2017.

Como amostra foram selecionadas as 10 maiores empresas brasileiras, de acordo com a classificação publicada pela revista Forbes, no ano de 2018, que utilizou como critério de classificação as informações referentes a vendas, lucro, ativo e valor de mercado que causam pouco ou muito impacto ambiental, de setores de atuação como o financeiro, papel e celulose, alimentos, energia, química e petroquímica e mineração conforme apresentado no Quadro 1.

A pesquisa utilizou do modelo de índice de divulgação ambiental utilizado por Clarkson et al. (2008), que contém itens dividido entre divulgação ‘hard’ (quantitativa) e ‘soft’ (qualitativa) que deveriam ser respondidas levando em consideração uma escala de avaliação, que tem variação de 0(zero), não divulgou e 1(um), divulgou, para alguns itens de divulgação e de 0(zero) a 6(seis) para o nível de evidenciação divulgada, de acordo com o modelo proposto.

Nesse modelo contém 29 medidas de divulgação ‘hard’, apresentadas em 4 categorias (1 a 4) que são objetivas. E 16 medidas de divulgação ‘soft’, apresentadas em 3 categorias (5 a 7) que são subjetivas. Cada categoria representa um tema específico para uma possibilidade de divulgação: 1) ‘estrutura de governança e sistemas de gestão’; 2) ‘credibilidade’ das informações contidas no relatório; 3) ‘indicadores de desempenho ambiental (IDA)’.

Quadro 1 – Amostra da pesquisa

Posição no ranking geral da revista Forbes	Nome da Empresa	ICB - setor	Tipo de relatório 2017
1º	Itaú Unibanco	Financeiro	RA – 2017
2º	Banco Bradesco	Financeiro	RA – 2017
3º	Vale S.A	Materiais básicos	RS - 2017
4º	Banco do Brasil S.A	Financeiro	RA - 2017
7º	Braskem S.A	Materiais básicos	RA - 2017
8º	Cielo S.A	Financeiro	RS - 2017
9º	JBS S.A	Consumo não cíclico	RA - 2017
10º	Eletrobrás S.A	Utilidade pública	RA - 2017
12º	Suzano papel e celulose	Materiais básicos	RS - 2017
14º	Cia Brasileira de distribuição	Consumo não cíclico	RS - 2017

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

As empresas podem publicar os dados de IDA para convencer os stakeholders dos seus compromissos com a sustentabilidade. Notas extras são dadas quando as empresas divulgam IDA com relação a preceitos médios da indústria, aspectos históricos e objetivos de emissões; 4) ‘gasto ambiental’; 5) ‘divulgação da visão e estratégia ambiental’; 6) ‘perfil ambiental’ de uma sociedade diante das normas ambientais vigentes e futuras; 7) ‘iniciativas ambientais’ das quais uma empresa está contribuindo (Clarkson et al., 2008).

Para responder a esse modelo, foram apurados os dados das 10 (dez) maiores empresas brasileiras, em seus Relatórios Anuais ou de Sustentabilidade. Os relatórios analisados foram obtidos nos sites das empresas, através de links que continham na Bovespa e tem como referência o ano de 2017.

Além do critério de divisão das empresas pelos relatórios que as mesmas divulgaram, elas também foram classificadas por empresas de alto, médio ou baixo nível, onde esse nível se referia ao alto, médio ou baixo impacto ambiental que as empresas causavam no meio ambiente de acordo com o anexo VIII da Lei 10.165/2000, as outras empresas do setor financeiro que não constavam nesse anexo foram consideradas de baixo nível tendo em vista a atividade que as mesmas exercem e que não causam muito impacto ambiental. E por fim, foram classificadas quanto à adoção ou não das diretrizes de publicação da GRI.

5. Resultados e discussão

Conforme observado na pesquisa, as 10 empresas foram avaliadas de acordo com o seu nível de informações ambientais divulgadas, através de seus Relatórios Anuais ou de Sustentabilidade em 2017, de modo que haja clareza das informações não apenas para os seus acionistas, mas também a todos os seus stakeholders.

Após coletados os dados, foram encontrados os seguintes resultados apresentados na Tabela 1 a seguir. Pode-se identificar que no que diz respeito a divulgação 'hard' (quantitativa) o Banco Bradesco teve o maior número de informações evidenciadas, com um total de 27 pontos, o que representa menos de 35% do total de pontos possíveis de serem evidenciados (79 pontos), onde o item Indicadores de Desempenho Ambiental (IDA) só obteve 13 pontos dos 60 possíveis, e a que menos divulgou foi o Itaú Unibanco, com um total de 17 pontos, representando 21,5% do total, destacando o item Gastos Ambientais, que não teve nenhuma informação ambiental divulgada.

Já no que tange a divulgação 'soft' (qualitativa), o destaque foi para a empresa Vale S.A, com 93,75% (15 pontos) das informações evidenciadas em seus relatórios, não obtendo nota máxima em apenas um item, Perfil Ambiental, no qual teve 3 dos 4 possíveis, em contra partida a que menos divulgou foi o Banco do Bradesco, com 05 pontos, representando, 31,25%, dos 16 pontos possíveis.

Tabela 1. Divulgação ‘hard’ e ‘soft’ por empresa

	Itaú Unibanco	Bco Bradesco	Vale S.A	Bco do Brasil	Braskem S.A	Cielo S.A	Jbs S.A	Eletrobrás S.A	Suzano Papel e Celulose	Cia. Brasileira de Distrib.
Divulgação ‘hard’ (quantitativa) (0-79)										
(A1) Estrutura de governança e sistemas de gestão (nota máxima 6)	3	4	4	3	2	3	4	4	5	3
(A2) Credibilidade (nota máxima 10)	9	9	6	7	4	8	7	5	6	5
(A3) Indicadores de desempenho ambiental (IDA) (nota máxima 60)	5	13	12	10	13	12	12	8	10	11
(A4) Gastos ambientais (nota máxima 3)	0	1	2	2	2	0	2	2	1	0
Total	17	27	24	22	21	23	25	19	22	19
Divulgação ‘soft’ (qualitativa) (0-16)										
(A5) Visão e afirmações estratégicas (nota máxima 6)	4	3	6	5	6	5	5	5	4	5
(A6) Perfil ambiental (nota máxima 4)	2	1	3	1	3	3	3	3	3	0
(A7) Iniciativas ambientais (nota máxima 6)	1	1	6	3	2	4	2	3	2	1
Total	7	5	15	9	11	12	10	11	9	6
Total (0-95)	24	32	39	31	32	35	35	30	31	25

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Este resultado evidencia que a empresa Vale S.A, teve o destaque na evidenciação de informações qualitativas, o que é de se esperar já que é uma empresa que causa um nível alto de impacto ambiental de acordo com a Lei 10.165/2000, nada mais coerente do que ter em sua empresa visão e estratégias ambientais, ter uma visão geral do impacto que a empresa e seus produtos e/ou serviços causam a natureza e etc.

E o Banco Bradesco obteve destaque na divulgação de informações quantitativas o que significa que esta instituição financeira teve um bom desempenho nos requisitos de estrutura de governança e sistema de gestão, credibilidade, índices de desempenho ambiental (IDA), e gastos ambientais, em que a empresa fez investimentos com tecnologias e/ou inovações ambientais para que possa reduzir ao máximo qualquer impacto que a empresa possa causar ao meio ambiente, segundo os dados encontrados no scorecard de análise de conteúdo.

Mas no geral, somando os pontos obtidos na divulgação ‘hard’ e ‘soft’ percebe-se que a empresa Vale S.A foi a que mais divulgou informações ambientais.

As empresas foram separadas em 3 grupos (Quadro 2), onde no grupo 1 elas se dividem em empresas de alto, médio e baixo nível de impacto ambiental; no grupo 2, as que adotaram e as que não adotaram a GRI como diretriz a ser seguida para elaboração de seus relatórios e no grupo 3, as empresas que divulgaram suas informações ambientais em seus Relatórios Anuais ou Relatório de Sustentabilidade.

No que trata da estatística descritiva dos dados, pode-se observar a Tabela 2, que apresenta os valores encontrados após o cálculo. Todas as informações foram obtidas através do Relatório de

Sustentabilidade, seja ele em separado ou integrado ao Relatório Anual, porém das 10 empresas analisadas pode-se observar que 6 empresas não divulgaram o Relatório de Sustentabilidade em separado, os dados das empresas foram coletados de seus Relatórios Anuais de 2017.

Conforme observado na Tabela 2, apenas um dos três grupos não obteve o coeficiente médio superior para os grupos já esperados, que no caso foi o grupo 1, das empresas de alto nível. O grupo com adoção da GRI e o grupo dos Relatórios de Sustentabilidade mostram um coeficiente médio superior em relação aos seus opostos.

Quadro 2: Divisão das empresas por grupos

Lista das Empresas	Grupo 1			Grupo 2		Grupo 3	
	Emp. de alto nível	Emp. de médio nível	Emp. de baixo nível	Sem adoção da GRI	Com adoção da GRI	Relatório Anual	Relatório de Sustentabilidade
Itaú Unibanco	-	-	Sim	-	Sim	Sim	-
Banco Bradesco	-	-	Sim	-	Sim	Sim	-
Vale S.A	Sim	-	-	-	Sim	-	Sim
Banco do Brasil	-	-	Sim	-	Sim	Sim	-
Braskem S.A	Sim	-	-	-	Sim	Sim	-
Cielo S.A	-	-	Sim	-	Sim	-	Sim
JBS S.A	-	Sim	-	-	Sim	Sim	-
Eletrobrás S.A	-	-	Sim	-	Sim	Sim	-
Suzano Papel e Celulose	Sim	-	-	-	Sim	-	Sim
Cia. Brasileira de Distribuição	-	-	Sim	Sim	-	-	Sim

Fonte: Elaboração própria (2020)

Tabela 2: Estatística Descritiva

Presente: médias (medianas) e alcances(mín-máx)	Geral: N = 10	Alto nível N=3	Médio nível N=1	Baixo nível N=6	S/adoção da GRI N=1	C/adoção da GRI N=9	Relatório anual N=6	Relatório sustentab. N=4
Divulgação 'hard' (quantitativa)(0-79)	21,9(22) 27 -17	22,3 (22) 24 -17	25 (25) 25 - 25	21,2(20,5) 27 - 17	19 (19) 19 -19	22,2 (22) 27 -17	21,8 (21,5) 27 - 17	22,0(22,5) 24 - 19
Divulgação 'soft' (qualitativa)(0-16)	9,5(9,5) 15 -5	11,7 (11) 15 -9	10 (10) 10 - 10	8,3 (8,0) 12 - 5	6 (6) 6 -6	9,9 (10) 15 -5	8,8 (9,5) 11 - 5	10,5(10,5) 15 - 6
Total (0-95)	31,4(31,5) 39 -24	34 (32) 39 -31	35 (35) 35 - 35	29,5(30,5) 35 - 24	25 (25) 25 -25	32,1 (32) 39 -24	30,7 (31,5) 35 - 24	32,5 (33) 39 - 25

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Com relação às empresas de alto nível e com adoção de GRI, vimos que obtiveram os mesmos coeficientes médios, seguindo um mesmo padrão de diretrizes. As empresas que não adotaram as diretrizes da GRI constataram um coeficiente médio de 25 contra 32,1 para as empresas que a adotaram. Apenas uma dessas empresas não adotou as diretrizes GRI, que é a Companhia Brasileira de distribuições.

Já no grupo 3, não houve uma diferença expressiva do Relatório de Sustentabilidade (RS) em relação ao Relatório Anual, apesar de o RS conter informações mais completas sobre a publicação ambiental.

Além disso, nenhuma das empresas tinha a informação sobre (IDA) sobre a liberação de produtos tóxicos e sobre outras descargas, liberações e/ou derramamentos, ou se existia através do seu comportamento ambiental alguma associação com o salário dos executivos, e nem uma visão geral do comportamento ambiental com relação aos pares na empresa.

6. Considerações finais

A finalidade desta pesquisa foi analisar a evidenciação ambiental das 10 (dez) maiores empresas brasileira de Capital Aberto no ano de 2017, através do uso do scorecard, análise de conteúdo aplicado por Clarkson et al.,(2008), em que por meio dele pode-se chegar aos resultados quantitativos e qualitativos quanto ao nível de evidenciação em Relatórios Anuais e de Sustentabilidade, que são os meios de as empresas declararem suas práticas e realizações quanto ao impacto ambiental causado pela atividade que elas exercem.

Para se chegar ao resultado de quais empresas obtiveram o maior nível de evidenciação foram levadas em conta não só a aplicação do scorecard como também, o nível de impacto ambiental entre alto, médio e baixo, e também quanto à adoção ou não das diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI).

Apesar de não ser obrigatória no Brasil a divulgação desses relatórios, há um aconselhamento por parte do CFC e do CVM quanto à publicação deles, todas as empresas estudadas as divulgam, pois devido aos grandes impactos ambientais que as empresas geram para o meio ambiente tem se percebido a cada dia o quão importante é de se utilizar de práticas ambientais em seus negócios e mais ainda, a de expô-las à todos os interessados (stakeholders) que buscam informações de natureza sustentável, fazendo com que estas empresas se tornem cada vez mais atraentes e competitivas para o ambiente externo e assim invistam cada vez mais em práticas e inovações tecnológicas a fim de mitigar ao máximo o impacto que a natureza de suas atividades proporcionam ao meio ambiente.

Através da análise do resultado ‘hard’ nota-se que nele se concentra a maior parte da pontuação tendo em vista que ele é quem define praticamente qual empresa tem um nível mais alto de divulgação.

Foi encontrada relação de mais elevado nível de divulgação em empresas de nível médio, que adotavam as diretrizes da GRI e que também divulgavam suas informações sustentáveis em seus Relatórios de Sustentabilidade, pois apesar de não ter um impacto tão alto, a empresa teve muita informação ambiental que correspondia às perguntas da análise de conteúdo quanto à divulgação quantitativa e qualitativa.

Referências

BATISTA, A. B.; CRUZ, N.V.; BRUNI, A.L. Fatores Determinantes do Nível de Divulgação Ambiental nas Maiores Transnacionais Brasileiras em 2014 Segundo a Fundação Dom Cabral. Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão, v. 14, n. 3, p. 140-161, 2016.

BRAGA, J. P.; SALOTTI, B. M. Relação entre nível de disclosure ambiental e características corporativas de empresas no Brasil. Anais eletrônicos do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo, 8, 2008.

BRASIL. LEI Nº 10.165, DE 27 dez. 2000. Política Nacional do Meio Ambiente. Brasília, DF, dez 2017.

BURGWAL, D. V.; VIEIRA, R. J. O. Determinantes da divulgação ambiental em companhias abertas holandesas. Revista Contabilidade & Finanças - USP, v. 25, n. 64, p. 0-78, 2014.

CLARKSON, P. M.; Li, Y. RICHARDSON, G. D.; VASVÁRI, F. P. Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: an empirical analysis. Accounting, Organizations and Society, 33 (4/5), 2008, 303-327.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC T 11: Normas De Auditoria Independente Das Demonstrações Contábeis.

_____. NBC T 15: Informações De Natureza Social e Ambiental

CORREA, J. C.; GONÇALVES, M. M. MORAES, R. O. Disclosure Ambiental das Companhias do Setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis Listadas na BM&FBOVESPA: Uma Análise à Luz da Teoria da Legitimidade. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 4(3), 2015, 139-154.

COSTA, R. S.; MARION, J. C. A Uniformidade na Evidenciação das Informações Ambientais. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, n. 43, p.20-33, fev. 2007.

DYE, R. An evaluation of “essays on disclosure” and the disclosure literature in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, Amsterdam, v.32, n.1-3, p.181-235, Dec. 2001.

FARIAS, R. B.; SILVEIRA, G. B.; HUPPES, C. M.; BELLEN, H. V. Curtindo e compartilhando no Facebook: Uma análise do disclosure ambiental de empresas brasileiras de capital aberto. *Environmental & Social Management Journal/Revista de Gestão Social e Ambiental*, 12(3)2018.

GIACOMIN, J.; OTT, E. GRANDO, T. Estudo sobre Variáveis Determinantes do Nível de Divulgação de Informações Voluntárias Ambientais. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, São Paulo, v. 7, n. 1, 2018, p.97-115.

KATES, R. CLARK, W. C.; CORRELL, R.; HALL, J. M.; JAEGER, C. C.; LOWE, I.; McCARTHY, J. J.; SCHELLNHUBER, H-J; BOLIN, B.; DICKSON, N. M.; FAUCHEUX, S.; GALLOPIN, G.C.; GRUEBLER, A.; HUNTLEY, B.; JAGER, J.; JODHA, N.S.; KASPERSON, R.E.; MABOGUNJE, A.; , MATSON, P.; MOONEY, H.; MOORE, B. III, O’RIORDAN, T.; SVEDIN, U. (2000) Sustainability science. JF Kennedy School of Government, Harvard University, Cambridge. KSG Working Paper 00-018.

LYON, T. P.; SHIMSHACK, J.P. Environmental disclosure: Evidence from Newsweek’s green companies rankings. *Business & Society*, 54(5), 2015, 632-675.

MURCIA, F. Da-Ri; ROVER, S.; LIMA, I.; FAVERO, L. P.; LIMA, G. ‘Disclosure Verde’ nas Demonstrações Contábeis: Características da Informação Ambiental e Possíveis Explicações para a Divulgação Voluntária. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, [S.l.], v. 11, n. 1-2, mar. 2008. ISSN 1984-3925.

PEREIRA, R. M.; SILVA, V. R. F.; REINA, D. R. M.; REINA, D.; SILVA, W.A. M. Disclosure Socioambiental das empresas brasileiras de capital aberto listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial. *Revista de Administração e Contabilidade-RAC (CNEC)*, 16(32), 2017.

PLUMLEE, M.; BROWN, D.; HYES, R. M.; MARSHALL, R. S. Voluntary environmental disclosure quality and firm value: Further evidence. *Journal of Accounting and Public Policy*, 34(4), 2015, 336-361.

RIBEIRO, M. S.; RESENDE, A. J.; DELMÁCIO, F. Z. Uma análise multidimensional dos projetos brasileiros de MDL – Mecanismos de Desenvolvimento Limpo. *Revista de Contabilidade da UFBA*, v. 2, n. 1, 2008, p. 14 - 29.

SILVA, M. N.; LIMA, J. A. S. O.; FREITAS, M.A.L.; SILVA FILHO, L. L.; LAGIOIA, U. C. T. Determinantes do disclosure ambiental nos relatórios de empresas listadas na Bovespa. *Revista Ambiente Contábil-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036*, 7(2), 2015, 1-15.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. *Contabilidade e Gestão Ambiental*. São Paulo: Atlas, 3^a ed. 2011.

TRIBESS-ONO, F. Z.; PANUCCI-FILHO, L. Relatórios de Adesão e de Divulgação das Informações de Natureza Social e Ambiental por Empresas Brasileiras. *Periódicos UFPB. Biblioteca online, João Pessoa*, v. 9, n. 1, p. 27-40, 2013.

VERRECCHIA, R. E. Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, Amsterdam, v.32, n.1-3, p.97-180, Dec. 2001.

ZHANG, L.; MOL, A. P.J.; HE, G. Transparency and information disclosure in China's environmental governance. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 18, 2016, 17-24.